

**DIDÁTICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL:
A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE MÚLTIPLAS NARRATIVAS**

LEITE, Miriam S. – PUC-Rio – miriamsleite@yahoo.com.br

GT: Didática/n. 04

Agência financiadora: CNPq¹

Parece provável que a questão cultural tenha sempre estado de alguma forma presente nas discussões relativas à educação. No entanto, as profundas alterações sociais ocorridas ao longo do século XX e intensificadas nas últimas décadas concederam centralidade crescente a essa problemática. É nesse contexto que se desenvolve e se afirma a proposta de ressignificação da Didática na perspectiva intercultural, objeto de uma pesquisa que promoveu a experiência de construção e implementação de um curso de Didática, em nível de graduação, informado por tais aportes.

Na revisão bibliográfica realizada na primeira etapa da pesquisa em questão não apenas se pôde perceber que a abordagem intercultural está pouco presente na produção teórica do campo da Didática, mas também que essa presença tende a se limitar a questões teóricas mais amplas, não chegando a se ocupar das temáticas relativas ao dia-a-dia escolar. Além disso, em entrevistas com protagonistas desse campo, na segunda fase da pesquisa, manifestou-se o questionamento da aplicabilidade de tais teorizações nas práticas do cotidiano da sala de aula. Estava clara a importância da continuidade dos estudos teóricos, mas também a urgência de se focarem mais concretamente as práticas pedagógicas.

Diversas questões emergiram no desenvolvimento dessa experiência, evidenciando a necessidade de seu aprofundamento, tanto pela complexidade, como pela pertinência com que se apresentam em todos os níveis de ensino. Dentre essas questões, destaca-se, na presente reflexão, a concepção da sala de aula como espaço de múltiplas narrativas.

Dialogia na sala de aula universitária

Ao se afirmar a sala de aula intercultural como espaço de múltiplas narrativas – ou seja, de narrativas e de contra-narrativas, que se confrontam em multidireções contingentes – assume-se a perspectiva dialógica não apenas em termos metodológicos, mas também nos níveis epistemológicos e políticos da prática pedagógica. Entende-se,

¹ A pesquisa em discussão foi desenvolvida de 2003 a 2005, com o título *Ressignificando a Didática na Perspectiva Intercultural*, pelo Gecec – Grupo de Estudos sobre Cotidiano Escolar e Cultura(s) – coordenado pela professora Vera Candau e vinculado ao Departamento de Educação da PUC-Rio.

como Pérez Gómez propõe, a sala de aula como um espaço privilegiado para o cruzamento de culturas:

“O responsável definitivo da natureza, do sentido e da consistência do que os alunos e as alunas aprendem em sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola, entre as propostas da cultura crítica, alojada nas disciplinas científicas, artísticas e filosóficas; as determinações da cultura acadêmica, refletida nas definições que constituem o currículo; os influxos da cultura social, constituída pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões do cotidiano, da cultura institucional, presente nos papéis, nas normas, nas rotinas e nos ritos próprios da escola como instituição específica; e as características da cultura experiencial, adquirida individualmente pelo aluno através da experiência nos intercâmbios espontâneos com seu meio.” (Pérez Gómez, 2001, p. 1)

Sem negar a importância da contribuição das ciências pedagógicas para a reflexão sobre as questões didáticas, procurou-se recusar a hierarquização dos saberes presentes nas nossas aulas, tentando promover o confronto entre as muitas visões que se ocupam do cotidiano escolar, o que incluía a produção teórica reconhecida nesse campo científico, mas também a vivência de todas as envolvidas naquele processo de reflexão.

Tal perspectiva se aproximava também das proposições de Boaventura de Sousa Santos para o ensino universitário contemporâneo, em que defende a noção de “ecologia de saberes”, que:

“Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade.” (2004, p. 76)

No Brasil, alguns projetos já em andamento propõem-se, a princípio, a caminhar nessa direção. O projeto *Conexões de Saberes*, por exemplo, de que participam diversas universidades federais, inclui nos seus objetivos o propósito de “estimular uma maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, proporcionando trocas de saberes, experiências e demandas entre as duas partes”². São iniciativas importantes, porém implementadas em nível de extensão, correndo o risco de não afetar a vida universitária em um sentido mais global. No curso em discussão, tentou-se trazer tal perspectiva para o diálogo cotidiano da sala de aula, e parece significativo que tal proposta tenha encontrado resistência por parte de alunas de excelente performance acadêmica, que perceberam tal tentativa como minimização da discussão teórica, conforme registrado nos cadernos de campo das pesquisadoras. Os depoimentos das alunas eram sistematicamente trabalhados pelas professoras, que faziam dialogar essas

² <<http://www.uff.br/proex/conexao.htm>>; acesso em 02/10/05.

falas com as proposições teóricas dos autores estudados nessa disciplina e também com outras trazidas na bagagem da sua formação. Possivelmente, o não reconhecimento do diálogo com a teoria no formato proposto se deva a dificuldades de valorização dos saberes da experiência, reduzidos em uma fala de aluna a “contação de casos”.

Um outro aspecto dessa opção também parece desvalorizado nessa crítica: o papel da narrativa na constituição das identidades. Concordando com McLaren (2000):

“Nossas subjetividades precisam ser inscritas ou codificadas por meio de narrativas para que possamos agir. Estas podem ser contra-narrativas ou narrativas de resistência ou narrativas forjadas no projeto autoritário do império e do colonialismo; a questão é que nossas identidades ganham forma com a contingência discursiva dos fechamentos arbitrários (mas incompletos) de significado, dentro do texto maior da memória histórica.” (p. 177-178)

Ao se promover um espaço para o diálogo entre as muitas narrativas trazidas pelas alunas, pretendia-se também intervir nas identidades profissionais que ali se construía, desestabilizando “narrativas imperiais e autoritárias da sociedade” (ibid., p. 165) naturalizadas na linguagem e nas nossas estruturas mentais de crítica e análise social.

Contudo, é sabido que a sala de aula não acontece em um vácuo histórico e político. É um espaço carregado de significados, que impõe relações assimétricas de poder, tanto entre professora e aluna, como entre as próprias alunas. O lugar da professora traz a autoridade do conhecimento suposto, mas também o poder bastante objetivo da aprovação e da reprovação, da concessão da bolsa de iniciação científica, por exemplo. Tampouco se pode supor horizontalidade entre as vozes discentes. Linguagem, objetos, gestos e vestes de cada uma são textos cuja leitura não acontece de forma explícita, mas apontam lugares de poder socialmente demarcados para suas portadoras.

Tais desigualdades foram assinaladas diversas vezes nos registros de observação das pesquisadoras. Fica evidente, na leitura desses relatos, que algumas alunas se apropriaram desse espaço de fala pública, com maior domínio do que outras. No entanto, encontram-se também registros como o que se segue: “Percebo que as alunas que antes se reservavam, as mais introspectivas, agora já estão mais à vontade e também participam, me ficou a sensação de que nesta oficina todas alunas falaram”. Ou seja, no cotidiano da prática pedagógica, em qualquer nível de ensino, lidamos com jogos de poder cujas regras transcendem o espaço da sala de aula. Entretanto, as várias estratégias utilizadas nesse curso, no confronto com esses jogos, parecem ter trazido

resultados: não logrou-se um ambiente de comunicação plenamente democrático, porém houve avanços nessa direção.

Outro importante aspecto da opção pela multiplicidade narrativa na sala de aula nesse curso refere-se às discussões teóricas abordadas. Quando se localiza historicamente a produção de tais teorizações e abre-se espaço para vozes teóricas discordantes, a construção da autonomia intelectual discente fica favorecida e se reafirma o espaço de ensino-aprendizagem como o lugar da troca e do diálogo. Entretanto, não há tempo para se explorarem de forma equânime todas as tendências do pensamento pedagógico em um semestre letivo e a parcialidade (explícita) do grupo de pesquisa também se fez presente nos temas e autores privilegiados para estudo e discussão. Assim como em relação à questão do poder das várias vozes presentes na sala de aula, esse outro importante nível de multiplicidade narrativa foi contemplado apenas parcialmente.

Didática e perspectiva intercultural: uma proposta em construção

Trata-se de um caminho que apenas começa a ser trilhado, uma possibilidade ainda em construção. No desenvolvimento desta experiência, emergiram não apenas os desafios aqui brevemente discutidos, mas também vários outros, de ordem operacional e/ou teórica.

A experiência do curso evidenciou, por exemplo, a complexidade da proposta de desconstrução assumida pela perspectiva intercultural. A dificuldade percebida, por parte das alunas, na discussão de temas considerados centrais para essa perspectiva sinaliza a necessidade de se insistir na busca de alternativas didáticas que potencializem esses novos estudos, mas também expõe, paradoxalmente, a pertinência de incluí-los nos cursos de Didática. Por outro lado, essa dificuldade denuncia a ausência, ou pelo menos a fragilidade, da abordagem de tais temáticas pelas outras disciplinas que compõem o currículo de formação dessas professoras, confirmando os achados das primeiras etapas da pesquisa, que apontaram para uma débil incorporação das proposições teóricas dos estudos interculturais, não apenas no campo da Didática, como no pensamento pedagógico em geral. Entre outros aspectos, surpreendeu a pouca familiaridade da turma com o questionamento da categoria *universal*, quando se discutiram valores e saberes na escola, do caráter constitutivo e não meramente representativo da *linguagem*, e também da *problemática étnico-racial* na educação.

Apesar dos limites destacados, a proposta do curso parece apontar um caminho fértil para a necessária atualização da Didática:

“O momento histórico presente está repleto de memórias que estão emergindo das margens de nossa cultura, ao longo das falhas de nossa consciência logocêntrica. Espaços descolonializados estão se formando nas fronteiras – lingüísticas, epistemológicas, intersubjetivas – e afetarão as salas de aula do futuro. Aqui, os santos e Iwa caminham juntos e os Orixás nos falam através dos ritmos da terra e do pulsar do corpo. Os sons produzidos nas fronteiras são bastante diferentes dos monotons convulsivos pronunciados em ‘waspano’ ou ‘gringoñol’ que ecoam das fronteiras esquizofrênicas da jaula de ferro de Weber. Aqui, é nos polirritmos híbridos dos tambores que o novo pulsar da liberdade pode ter sentido. Dentro de tais fronteiras, nossa pedagogia da libertação pode novamente ser investida com a paixão pelo mistério e a razão do compromisso. Isto não é uma rejeição dionisíaca da racionalidade, nem um retorno cego e pré-racional ao mito, mas, em vez disso, é uma tentativa de abraçar e resgatar a memória pulsante e a sinuosidade dos corpos que têm sido esquecidos em nosso ataque modernista sobre a diferença e a incerteza.” (McLaren, 2000, p. 156-157)

Referências bibliográficas

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

